

ENVELHECIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS: demandas emergentes

AGING AND PUBLIC POLICIES: emerging demands

Glacielle Gomes¹
Thamara Teixeira de Castro²
José Maria Montiel³

RESUMO: O Envelhecimento é um tema que vem sendo frequentemente estudado durante as últimas décadas em diferentes áreas do saber, seja no modo de inovar as formas de atenção a essa população, como proporcionando melhores condições de qualidade de vida e na longevidade da pessoa. Um aspecto que merece destaque são os apoios governamentais, no sentido de planejamento e execuções de ações, as quais envolvam metas e planos. Nisto posto, cabe ressaltar que a literatura tem enfatizado que as atuais políticas, especialmente a efetividade nas ações propostas, não estão sendo suficientes para auxiliar as pessoas idosas, portanto, a implantação de novos programas, ressignificação dos já existentes e um planejamento mais efetivo torna-se necessário, com vistas ao envelhecimento saudável e suas multiplicidades benéficas a esta população. Além disto, é oportuno apontar que o apoio familiar demanda de incentivos por parte das autoridades, no sentido de que juntos possam unir uma ressignificação dos projetos e leis já existentes, ou até mesmo formulação de novos. É neste que este estudo se enquadra, no objetivo de discutir a importância e a incitação de novos modos de elaborar planejamentos efetivos e de forma abrangente e “rápida” para esta população.

Palavras-chave: idoso, prevenção, geriatria

ABSTRACT: Aging is a theme that has been frequently studied during the last decades in different areas of knowledge, be it in the way of innovating the forms of care for this population, as well as providing better conditions of quality of life and in the person's longevity. One aspect worth mentioning is government support, in the sense of planning and executing actions, which involve goals and plans. In this regard, it should be noted that the literature has emphasized that the current policies, especially the effectiveness of the proposed actions, are not being sufficient to assist the elderly, therefore, the implementation of new programs, re-signification of the existing ones and more effective planning becomes necessary, with a view to healthy aging and its multiplicities beneficial to this population. In addition, it is worth pointing out that the support of family members requires incentives on the part of the authorities, in the sense that together they can unite a reframing of existing projects and laws, or even the formulation of new ones. This is what this study fits in with, the objective of discussing the importance and the incitement of new ways to elaborate effective and comprehensive and “fast” planning for this population.

Keywords: elderly, prevention, geriatrics

¹ E-mail: glagomes13@gmail.com. Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Ciências do Envelhecimento - Universidade São Judas Tadeu – USJT/SP.

² E-mail: thamaracastro21@gmail.com. Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Ciências do Envelhecimento - Universidade São Judas Tadeu – USJT/SP.

³ E-mail: montieljm@hotmail.com. Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Ciências do Envelhecimento - Universidade São Judas Tadeu – USJT/SP.

INTRODUÇÃO

Não tão distante no tempo, mais precisamente há décadas atrás, as pessoas enxergavam os idosos como sinônimo de conhecimento e sabedoria, sendo respeitados por sua idade e pela sua longevidade. Diante disso, o idoso estava sujeito a possíveis perdas de suas capacidades físicas e cognitivas, além de outros fatores na qual permitia a sua exclusão da sociedade, visto como um indivíduo incapacitado de habituar-se a uma vida ativa e apenas aceitar o contexto na qual se encontrava, sem autonomia (Araújo & Carvalho, 2005). Na fase do envelhecimento acontecem declínios naturais da idade e, com isso, possivelmente podem surgir algumas doenças.

Segundo Neri, Born, Grespan e Medeiros (2004), as doenças não devem ser caracterizadas como sinônimo do envelhecimento, mas sim algo que possa acontecer independente da idade, assim os idosos podem viver uma vida saudável, sem apresentar doenças, apenas o envelhecimento gradativo natural humano. Portanto, torna-se relevante mostrar aos idosos os benefícios de manter uma vida mais saudável através de novos hábitos.

Vale ressaltar que os hábitos podem ser adquiridos na infância, para que haja qualidade de vida desde pequeno e assim chegar na velhice com melhores condições de saúde e qualidade de vida. Fernandes e Botelho (2007) relacionam a vida mais ativa e saudável à preparação do indivíduo desde a sua infância, como cuidar da sua saúde, se alimentar adequadamente e praticar atividades físicas. De acordo com os estudos de Moreira, Teixeira e Novaes (2014), a atividade física é benéfica para diversos fatores da vida dos idosos, prevenindo doenças, melhorando as capacidades funcionais, promovendo autonomia e independência, e contribuindo no contexto social e psicológico para as escolhas e tomada de decisões dos idosos.

O envelhecimento mais ativo através de novas políticas públicas, poderá promover melhores condições físicas como a prática de exercícios e atividades físicas diárias que favorecem a sua saúde mental, diminuindo os sintomas de ansiedade e depressão que acometem os idosos (Antônio, 2020). Porém, para facilitar essa prática, se faz necessário o apoio da sociedade, familiares e profissionais que estão ligados diretamente aos idosos para que tenham essa concepção sobre as melhorias na vida do idoso, estimulando-os a se manterem ou se tornarem ativos (Leite & Diniz, 2017).

Para além das condições físicas, Fernandes e Soares (2012) sugerem em seu estudo a necessidade de implementar ações de políticas públicas para cuidar da saúde mental do idoso, possibilitando possíveis diminuições dos sintomas de depressão, ansiedade, entre outros, garantindo ao idoso melhores condições para viver a sua vida com maior autonomia e independência. Para Resende, Lopes e Manso (2018) a saúde física e mental proporciona ao idoso, condições favoráveis para que possa continuar a sua vida com maior autonomia e interação principalmente no meio social, atividades, trabalho, lazer e busca por maiores aprendizados.

Os indicadores mencionados auxiliam na saúde do idoso, proporcionando um envelhecimento mais ativo, mas é necessário analisar cada indivíduo como um ser único, com história de vida e experiências diferentes, permitindo ao idoso se sentir bem e feliz consigo mesmo para realizar as suas necessidades e rotinas de vida diárias, sendo visto como um indivíduo com maior autonomia e com grandes conhecimentos que ainda podem ser transmitidos nessa nova fase. (Fernandes & Botelho, 2007). As concepções sobre o envelhecimento vêm sendo mudadas, como a questão da longevidade. Junto com essas mudanças há a necessidade de alterações nas leis, nas políticas públicas e nos programas relacionados aos idosos (Oliveira, 2020).

Ressaltando que, antes das estratégias relacionadas ao idoso, é preciso oferecer um preparo para os próprios profissionais e familiares, novas visões sobre empatia, respeito, comunicação, compreensão acerca do cuidado ao idoso e do cuidado de si mesmo, levando em consideração seus valores e princípios do ato de cuidar (Kreuz & Franco, 2017). Para que haja um envelhecimento saudável, é importante respeitar a autonomia do idoso, que segundo Kreuz e Franco (2017), as equipes de saúde e os familiares devem pensar em estratégias para o envelhecimento do idoso respeitando e promovendo cada vez mais a autonomia e independência, considerando a humanização do idoso perante a si mesmo e a sociedade em que vive.

Retomando as prerrogativas atreladas ao envelhecer, especialmente aquelas associadas às Políticas públicas para o Envelhecimento, é oportuno destacar o estudo de Fernandes e Soares (2012), que reforçam que as políticas públicas voltadas ao idoso ainda é um grande desafio para os governantes devido a existência de muitas falhas relacionadas a implementação de projetos que realmente atendam às necessidades dos idosos. Para o autor essas dificuldades são ocasionadas pela falta de preparo do país, visto que o Brasil iniciou suas primeiras políticas públicas direcionadas a população idosa somente em janeiro de 1994.

Para implementar políticas públicas eficazes a população idosa, segundo Resende, Lopes e Manso (2018) é fundamental que sejam consideradas peculiaridades dessa população, por exemplo, analisar e considerar a cultura, regionalidade, sexo, cor, religião e condições básicas nas quais os idosos se encontram, dados esses que podem influenciar nos programas, projetos e parcerias que defendem e atendem as necessidades dessa população.

De acordo com Miranda, Mendes e Silva (2017), a desigualdade econômica e social no Brasil dificulta ainda mais as políticas públicas em benefício ao idoso. Diante dessas

dificuldades Camargo, Telles e Souza (2018) afirmam que pensar em atividades e programas que possam beneficiar o idoso trará além da qualidade de vida atual, um envelhecimento bem-sucedido e com melhores condições.

Segundo Resende, Lopes e Manso (2018), é primordial que o governo invista em políticas públicas voltadas para a educação básica aos idosos, que trará ao idoso oportunidades de aprender, desenvolver conhecimentos, promovendo assim cuidados com a sua saúde, e possibilidades para retomar a sua carreira profissional ainda que razoavelmente (por considerar os declínios naturais decorrentes do envelhecimento), podendo contribuir, financeiramente, além do prazer de se sentir útil na sociedade. Um obstáculo observado na política é a falta de acompanhamento e indicadores que possam demonstrar o que fato as políticas públicas aplicadas beneficiam ou não a população idosa, o que dificulta uma avaliação mais eficaz de distribuição de verbas destinadas para as leis e projetos relacionados aos idosos. (Romero, Castanheira, Marques, Suzy, Sabbadini & Silva, 2016).

De acordo com Moreira, Teixeira e Novaes (2014) o meio social e a atividade física mantêm o idoso ativo e o torna visível no ambiente em que vive, melhorando suas relações e permitindo tomar suas próprias decisões. Portanto, faz-se necessário promover mais campanhas que visam a promoção da saúde dos idosos, desenvolvendo políticas públicas voltadas para a criação de grupos de interação para prática de atividades físicas, considerando suas capacidades de escolhas, crenças e valores morais, para que os idosos não percam suas capacidades de autonomia, independência, saúde e qualidade de vida.

Outro fator importante para as políticas públicas está relacionado ao estatuto do idoso criado em 2003 com o objetivo garantir proteção, cuidados e todos direitos para a terceira idade. De acordo com estatuto, as famílias e responsáveis têm total obrigação de fornecer todos os cuidados aos idosos, mas para Resende, Lopes e Manso (2018) seria de

extrema importância incluir o governo também como responsável, dando total responsabilidade para criar políticas públicas que realmente atendam as necessidades dos idosos.

Para Miranda, Mendes e Silva (2017) as dificuldades relacionadas aos idosos não estão somente ligadas ao envelhecimento e a possíveis doenças, visto que o idoso pode ter uma vida mais saudável e um envelhecimento ativo, porém é necessário que existam orientações para garantir e promover melhores hábitos e melhorias a sua saúde, proposta essa que não é encontrada no sistema público de saúde, devido à falta de preparo e investimento do governo para orientar e ajudar o idoso durante sua trajetória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o aumento da expectativa de vida nos últimos anos, notou-se a importância de se produzir estudos sobre o envelhecimento, e com esse aumento das produções científicas, alcançar as diferentes esferas sociais e políticas para que ressignifiquem as diretrizes que regem as políticas públicas voltadas ao idoso, visando sua saúde, bem-estar e qualidade de vida. Portanto, estudos futuros devem se atentar as diferentes demandas dessa população, especialmente aquelas relacionadas às políticas públicas dos idosos.

Como questões financeiras ainda se tornam um dos fatores relevantes para que o idoso possa ter melhores condições de saúde, se torna imprescindível pensar em possibilidades de implementação de novas ações de políticas públicas que promovam o ensino, a educação e até recolocação no mercado de trabalho, permitindo maiores aprendizados e a busca para melhores condições financeiras, para que o idoso não dependa inteiramente da aposentadoria. Com isso, os idosos podem se sentir mais reconhecidos perante a sociedade, além da oportunidade de reforçar a autonomia e independência, promovendo melhores condições de vida.

Além do apoio das políticas públicas aos idosos, é importante que a família também esteja presente no cuidado ao idoso, respeito sua autonomia, estimulando sua independência, mas prestando os devidos cuidados a essa população, que sofrem declínios naturais da idade, e precisam de um auxílio nas atividades, nos cuidados, nas decisões, e no diálogo. Mesmo com o apoio de familiares, ainda faltam incentivos das autoridades, para que se unam com o propósito de cobrar as autoridades sobre a ressignificação dos projetos e leis já existentes, ou formulação de novos, que protejam e beneficiem o idoso em sua fase do envelhecimento.

Ainda, é necessário destacar que mudanças no modo de pensar e ver a pessoa idosa deve ser reformulada, ao invés do olhar de preconceito, um olhar de auxílio, capaz de elaborar planejamentos para uma política de saúde pública mais abrangente e rápida a essa população. Com as crescentes modificações do envelhecimento, outras necessidades podem surgir, fazendo com que o governo, a sociedade, os profissionais da saúde e os familiares estejam preparados para contribuir e melhor atender as necessidades dos idosos, proporcionando saúde física e mental, qualidade de vida, autonomia, independência e boas condições para a longevidade dos idosos.

REFERÊNCIAS

Andery, M. A. P. A. et. Al. Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica. (1996) Capítulo 10 A indução para o conhecimento e o conhecimento para a vida prática: Francis Bacon (1561-1626). Rio de Janeiro, RJ: Garamond.

Antônio M. (2020) O Envelhecimento ativo e a indústria da perfeição. *Saúde Soc. São Paulo*, v.29, n.1, e190967. Doi: <https://doi.org/10.1590/s0104-12902020190967>.

Araújo, L. F. & Carvalho, V. A. M. L. (2005) Aspectos Sócio-Históricos e Psicológicos da Velhice. *Departamento de Historia e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte Centro de Ensino Superior do Serido V. 06. N. 13*. Recuperado de: <https://www.periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/278>.

Camargo T. C. A., Telles S. C. C. & Souza C. T. V. (2018) A (re) invenção do cotidiano no envelhecimento pelas práticas corporais e integrativas: escolhas possíveis,

responsabilização e autocuidado. *Cad. Bras. Ter. Ocup. vol.26 no.2 São Carlos Apr./June 2018*. DOI: <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoao1238>.

Dawalibi, N. W., Anacleto, G. M. C., Witter, C. & Goulart, R. M. (2013). Envelhecimento e qualidade de vida: análise da produção científica da SciELO. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 30(3), 393-403. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2013000300009>.

Fernandes, A. A. & Botelho, M. A. (2007) Envelhecer activo, envelhecer saudável: o grande desafio. *Fórum Sociológico [online]*, 17. Recuperado de: <https://doi.org/10.4000/sociologico.1593>.

Fernandes, M. T. O. & Soares, S. M. (2012). O desenvolvimento de políticas públicas de atenção ao idoso no Brasil. *Rev. esc. enferm. USP vol.46 no.6 São Paulo Dec. 2012*. Doc: <https://doi.org/10.1590/S0080-62342012000600029>.

Kreuz G. & Franco M.H.P. (2017) Reflexões acerca do envelhecimento, problemáticas, e cuidados com as pessoas idosas. *Revista Kairós — Gerontologia*, 20(2), pp. 117-133. ISSN 2176-901X. São Paulo (SP), Brasil: FACHS/NEPE/PEPGG/PUC-SP. Doi: <http://dx.doi.org/10.23925/2176-901X.2017v20i2p117-133>.

Leite S. L. & Diniz E. E. C. S. (2019) Envelhecimento no Brasil e Saúde do idoso. Recuperado em 09 de maio de 2020, de http://www.editorarealize.com.br/revistas/cieh/trabalhos/TRABALHO_EV125_MD4_SA4_ID2497_28052019171711.pdf.

Magagnin R. C., Filho N. G. S., & Rosseto H. F. Z. (2018) O processo de envelhecimento e os problemas de mobilidade em espaços públicos e edificados. Recuperado em 09 de maio de 2020, de https://www.researchgate.net/profile/Renata_Magagnin/publication/327977818.

Mendes J.L.V., Silva S.C., Silva G.R & Santos N.A.R. (2018) O aumento da População Idosa no Brasil e o Envelhecimento nas Últimas Décadas: Uma Revisão da Literatura. *Rev. Educ. Meio amb. Saú. 2018 Jan/Mar. V8 N° 1*. Recuperado de: <http://www.faculadadedofuturo.edu.br/revista1/index.php/remas/article/view/165>.

Miranda, G. M. D., Mendes, A. C. G. & Silva A. L. A. (2016). Desafios das políticas públicas no cenário de transição demográfica e mudanças sociais no Brasil. *Interface (Botucatu) vol. 21 no.61*. DOI: 10.1590/1807-57622016.0136.

Moreira, R., Teixeira, R., & Novaes, K. (2014). Contribuições da atividade física na promoção da saúde, autonomia e independência de idosos. *Revista Kairós: Gerontologia*, 17(1), 201-217. DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-901X.2014v17i1p201-217>.

Neri, A. L., Born, A. M., Grespan, S. M. & Medeiros, S. L. (2004). Biomedicalização da Velhice na Pesquisa, no Atendimento aos Idosos e na Vida Social. *Saúde de qualidade de vida na velhice p. 11-37, 236p*. Recuperado de: <https://pesquisa.bvsalud.org/ses/resource/pt/dan-3607>.

Oliveira, J. J. (2020). Orçamento público e envelhecimento populacional no Brasil. *GIGAPP Estudios Working Papers*, 7(150-165), 469-487. Recuperado de <http://www.gigapp.org/ewp/index.php/GIGAPP-EWP/article/view/197>.

Resende, J. A., Lopes, R. G. C. & Manso, M. E. G. (2018) Apontamentos sobre a história das políticas públicas sobre o envelhecimento. *Revista Portal de Divulgação, n.55, Ano VIII*. Recuperado de: <https://www.researchgate.net/publication/322530495>.

Romero, D. E., Castanheira, D., Marques, A. P., Muzy, J. Sabbadini, L. & Silva, R. S. (2018). Metodologia integrada de acompanhamento de políticas públicas e situação de saúde: o SISAP- Idoso. *Rev. Ciênc. Saúde coletiva vol.23 no.8 Rio de Janeiro*. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018238.10302016>.